

**Demonstrações financeiras
consolidadas em IFRS**

**Banco Cooperativo Sicredi S.A. e
Empresas Controladas**

31 de dezembro de 2015 e 2014
Com Relatório dos Auditores Independentes



**Building a better
working world**

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas.....	1
Balanços patrimoniais consolidados	3
Demonstrações consolidadas do resultado.....	4
Demonstrações consolidadas do resultado abrangente.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas	8



Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco e empresas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco e das demonstrações financeiras consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e empresas controladas. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas anteriormente apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Cooperativo Sicredi S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para fins de comparação foram alteradas em relação àquelas anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em decorrência de reclassificações de valores entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras na demonstração dos fluxos de caixa, e estão sendo reapresentadas como previsto na IAS 8 (Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificações, datado de 16 de fevereiro de 2016.

Porto Alegre, 25 de junho de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Balancos patrimoniais consolidados
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativos			Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.466.097	8.953.836
Valores a receber de instituições financeiras	8	1.636.127	2.647.068
Ativos financeiros para negociação	9	1.567.817	424.217
Derivativos	10	6.115	296
Empréstimos e recebíveis de clientes	11	15.228.380	13.891.113
Ativos financeiros disponíveis para venda	12	2.346.222	2.538.037
Ativos financeiros mantidos até vencimento	12	98.413	348.030
Ativos intangíveis	13	601	1.072
Imobilizado	14	58.293	54.909
Propriedades para investimento	15	3.725	3.810
Crédito tributário diferido	21	15.701	10.356
Outros ativos	16	109.964	101.340
Total de ativos		31.537.455	28.974.084

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Passivos			
Depósitos de instituições financeiras	17	12.021.360	12.799.366
Depósitos de clientes	18	5.253.959	4.597.267
Obrigações por títulos e valores mobiliários	19	11.840.490	9.518.571
Derivativos	10	436	363
Provisões	20	13.608	9.053
Passivo tributário - corrente		31.691	35.515
Dívida subordinada		109.762	107.722
Outros passivos	22	918.535	678.307
Total de passivos		30.189.841	27.746.164
Patrimônio Líquido	23		
Capital social		1.057.999	973.593
Instrumento híbrido de capital e dívida		168.675	148.967
Reservas		121.566	106.405
Ajuste de valor patrimonial		(675)	(1.084)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		1.347.565	1.227.881
Participação dos acionistas não controladores		49	39
Total do patrimônio líquido		1.347.614	1.227.920
Total de passivos e patrimônio líquido		31.537.455	28.974.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	Nota	2015	2014
Receita de juros	24	3.159.628	2.127.115
Despesa de juros	24	(2.716.098)	(1.758.744)
Receita líquida com juros		443.530	368.371
Receita de tarifas, taxas e comissões	25	505.255	435.653
Despesa de tarifas, taxas e comissões	25	(225.595)	(190.132)
Receita líquida de tarifas, taxas e comissões		279.660	245.521
Ganho / (perda) líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado	26	15.503	6.101
Outras receitas operacionais	27	197.673	103.159
Despesas de pessoal	28	(132.038)	(119.168)
Outras despesas administrativas	29	(515.017)	(422.952)
Depreciação e amortização	13,14 e 15	(2.692)	(3.859)
Outras despesas operacionais	30	(109.171)	(25.388)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	(1.758)	6.275
Lucro operacional antes da tributação		175.690	158.060
Tributos sobre o lucro	31	(69.472)	(63.533)
Lucro líquido do exercício		106.218	94.527
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		106.208	94.517
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		10	10
Lucro básico/diluído por ação (em Reais - R\$)			
Ações preferenciais classe A		0,23	0,25
Ações preferenciais classe B		0,11	0,11
Ações ordinárias		0,08	0,07
Quantidade			
Ações preferenciais classe A		211.302.178	175.675.858
Ações preferenciais classe B		30.085.313	27.611.569
Ações ordinárias		711.617.053	680.826.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	106.218	94.527
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Movimento líquido no valor justo	580	(1.541)
Efeito de imposto de renda	(171)	616
Total do resultado abrangente	<u>106.627</u>	<u>93.602</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Capital Social			Outros resultados abrangentes		Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Instrumento Híbrido de Capital e Dívida/Dívida Subordinada	Lucros acumulados	Reservas	Ajuste Marcação a Mercado TVM			
Saldos em 1º de janeiro de 2014	744.375	134.438	-	66.152	(159)	944.806	29	944.835
Lucro líquido do exercício	-	-	94.517	-	-	94.517	10	94.527
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(925)	(925)	-	(925)
Reserva Legal	-	-	(4.442)	4.442	-	-	-	-
Reserva especial de lucro	-	-	(68.974)	68.974	-	-	-	-
Dividendos	-	-	(21.101)	-	-	(21.101)	-	(21.101)
Atualização do instrumento híbrido de capital e dívida/dívida subordinada	-	14.529	-	-	-	14.529	-	14.529
Aumento de capital	229.218	-	-	(33.163)	-	196.055	-	196.055
Saldos em 31 de dezembro de 2014	973.593	148.967	-	106.405	(1.084)	1.227.881	39	1.227.920
Lucro líquido do exercício	-	-	106.208	-	-	106.208	10	106.218
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	409	409	-	409
Reserva Legal	-	-	(5.841)	5.841	-	-	-	-
Reserva especial de lucro	-	-	(72.623)	72.623	-	-	-	-
Dividendos	-	-	(27.744)	-	-	(27.744)	-	(27.744)
Atualização do instrumento híbrido de capital e dívida/dívida subordinada	-	19.708	-	-	-	19.708	-	19.708
Aumento de capital	84.406	-	-	(63.303)	-	21.103	-	21.103
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.057.999	168.675	-	121.566	(675)	1.347.565	49	1.347.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		Reapresentado
Lucro líquido consolidado antes da tributação e participação dos acionistas não controladores	175.690	158.060
Ajustes ao lucro:		
<i>Itens não monetários incluídos no lucro líquido consolidado</i>		
Depreciação e amortização	2.692	3.859
Provisões para perdas de crédito	1.758	(6.275)
Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida	19.708	14.529
Juros Dívida subordinada	1	(291)
Provisão para passivos em litígios	4.559	1.840
Custo da alienação de imobilizado	1.008	67
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	38	(1.170)
	29.764	12.559
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		
Valores a receber de instituições financeiras	1.010.941	(248.437)
Ativos financeiros disponíveis para venda	192.224	325.303
Ativos financeiros para negociação	(1.143.638)	(159.865)
Derivativos	(5.819)	917
Empréstimos e recebíveis a clientes	(1.337.001)	(2.465.770)
Outros ativos	(8.622)	3.529
	(1.291.915)	(2.544.323)
Aumento (decréscimo) líquido nos passivos operacionais		
Derivativos	73	128
Depósitos clientes	656.692	730.168
Depósitos de instituições financeiras	(778.006)	1.433.763
Obrigações por títulos e valores mobiliários	2.321.919	2.219.885
Outros passivos	226.282	127.330
Impostos sobre lucros pagos	(71.342)	(48.408)
	2.355.618	4.462.866
Total de fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	1.269.157	2.089.162
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativos financeiros mantidos até vencimento	249.617	(348.030)
Títulos e créditos a Receber	18.547	15.244
Aquisição de imobilizado	(6.505)	(7.339)
Aquisição de intangível	(24)	(340)
Total de fluxo de caixa das atividades de investimento	261.635	(340.465)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dívida subordinada	(18.531)	(15.243)
Aumento de capital	-	185.000
Total de fluxo de caixa das atividades de financiamento	(18.531)	169.757
Movimento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.512.261	1.918.454
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.953.836	7.035.382
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.466.097	8.953.836
Transações não monetárias	27.744	21.101
Dividendos	27.744	21.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco” ou “Instituição”), instituição financeira privada nacional, constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional - CMN, teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de junho de 1996. A Instituição tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sistema de Crédito Cooperativo (“Sicredi” ou “Sistema”), atua como instrumento das Cooperativas de Crédito, possibilitando a estas, através de convênios, operar nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo.

Em 31 de dezembro de 2015, o Sistema está organizado por 95 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 1.394 pontos. A estrutura conta ainda com as quatro Centrais Regionais (“Centrais”) – acionistas da Sicredi Participações S.A. – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi (“Confederação Sicredi”), a Fundação Sicredi e o Banco, que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda, a Administradora de Cartões Sicredi Ltda, a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda e a Administradora de Bens Sicredi Ltda.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Sicredi, atuando no mercado de forma integrada. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Sistema e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

O Banco e o Rabo Development B.V., braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank, firmaram acordo de investimento em 07 de junho de 2011. A parceria proporciona o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sistema Sicredi e o Sistema Rabobank, podendo ampliar o portfólio de produtos do Sicredi nos segmentos nos quais o Rabobank tem expertise. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo BACEN em 27 de janeiro de 2011 e também pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011.

Em outubro de 2012, o Banco e a International Finance Corporation (“IFC”), membro do Banco Mundial e maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento, firmaram acordo de investimento. A parceria visa contribuir para a manutenção da capacidade de alavancagem do Banco em níveis que permitam atender às demandas das Cooperativas filiadas, além de garantir o alinhamento estratégico do Sistema e IFC. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 24 de maio de 2013.

.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2015, o Rabo Development B.V. e a IFC detêm, respectivamente, participação de 22,17% e 3,16% das ações do Banco.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco e Empresas Controladas em IFRS foram aprovadas pela diretoria em 29 de abril de 2016.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

Este conjunto de Demonstrações Financeiras Consolidadas foi preparado de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), em atendimento à Resolução nº 3.786/09 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor até 31 de dezembro de 2015. As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2015 são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2014, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

Certos valores da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram reapresentados, em função do ajuste no montante considerado como caixa e equivalente de caixa. Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	2014	
	Reapresentado	Original
Ativos (i)		
Caixa e equivalentes de caixa	8.953.836	1.575.545
Valores a receber de instituições financeiras	2.647.068	10.025.359
Fluxo de caixa (i)		
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais		
Valores a receber de instituições financeiras	(248.437)	(2.068.030)
Ativos financeiros disponíveis para venda	325.303	326.228
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ajustes patrimoniais	-	(925)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.035.382	1.476.684
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.953.836	1.575.545

(i) Agrupamento de valores por tipo de atividade nos ativos, em demonstração do fluxo de caixa e no montante considerado caixa e equivalentes de caixa.

2.2 Base da Consolidação das demonstrações financeiras

2.2.1 Controladas

As controladas e outras entidades sobre as quais o Banco exerce controle, direta ou indiretamente, são consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o Banco obtém o controle, e deixam de ser consolidadas na data na qual esse controle acaba. Todas as transações, saldos, e ganhos e perdas não realizados entre as unidades de negócios do Banco são eliminados como parte da consolidação.

As participações minoritárias representam, diretamente ou indiretamente, a porção do resultado e do patrimônio líquido que não pertence ao Banco, e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e incluídas no patrimônio líquido do balanço consolidado, de forma destacada no patrimônio líquido da controladora.

Empresa	Atividade	2015	2014
Participações diretas no capital:		%	%
Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.	Administradora de Consórcios	99,99	99,99
Administradora de Cartões Sicredi Ltda.	Administradora de Cartões	99,99	99,99
Administradora de Bens Sicredi Ltda.	Administradora de Bens	99,98	99,98
Corretora de Seguros Sicredi Ltda.	Corretora de Seguros	99,75	99,75

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas são explicadas abaixo.

3.1 Estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração faça estimativas e adote premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, os ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, e os valores reportados de receitas e despesas durante o período de apresentação dos relatórios. As situações avaliadas com base nos dados e informações financeiras disponíveis abrangem principalmente a determinação da provisão para devedores duvidosos, valor justo de ativos e passivos e reduções ao valor recuperável (*impairments*). Embora a administração tenha baseado suas estimativas na avaliação mais cuidadosa possível das circunstâncias e atividades atuais, os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas.

3.2 Instrumentos financeiros

3.2.1 Geral

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo de mercado.

Diferenças entre o valor justo e a consideração paga pela Instituição para a aquisição do ativo (amplamente conhecida como “day-one profit/loss”) são reconhecidas no resultado do período somente quando a Instituição possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos.

A Instituição utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Instituição se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre.

A administração determina a classificação apropriada dos seus investimentos nas suas datas de aquisição.

3.2.2 Ativos financeiros para negociação

Ativos financeiros para negociação são adquiridos para obter ganhos sobre flutuações de curto prazo nos preços ou margens dos traders, ou fazem parte de uma carteira que gera ganhos de curto prazo regularmente. Esses ativos são registrados pelo valor justo com base em preços cotados.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Quaisquer ganhos e perdas realizados e não realizados são incluídos na rubrica 'Ganho/(perda) líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado'. Os juros auferidos em ativos financeiros para negociação são reconhecidos como receita de juros.

3.2.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros que se pretendem manter indefinidamente e que poderão ser vendidos para fins de liquidez ou como resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio ou preços das ações são classificados como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros classificados como "disponíveis para venda" são inicialmente reconhecidos pelo custo da transação e imediatamente reavaliados pelo valor justo com base nos preços de mercado ou valores cotados extraídos dos modelos de fluxo de caixa. Os valores justos de títulos patrimoniais não negociados em bolsa são estimados com base nos índices preço/lucro apropriados, ajustados para refletir circunstâncias específicas dos respectivos emissores. Quaisquer ganhos e perdas não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio, a menos que se refiram a juros amortizados.

Caso esses ativos financeiros sejam vendidos ou sofram perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), ou seja, o valor justo for por tempo prolongado ou significativamente menor do que seu custo, os ajustes no valor justo são reconhecidos no resultado.

O valor recuperável de ativos financeiros cotados é determinado com base no valor de mercado. Esses ativos cotados são considerados como tendo sofrido redução ao seu valor recuperável se houver indicações objetivas de que o valor de mercado diminuiu a tal ponto que nenhuma premissa razoável pode ser adotada e atingir o valor contábil em um futuro próximo.

Caso a redução ao valor recuperável de um ativo disponível para venda diminuir em um período subsequente e a diminuição puder ser atribuída objetivamente a um evento que ocorreu após a redução ao valor recuperável, a mesma é estornada por meio do resultado. Isso não se aplica aos investimentos em instrumentos acionários, onde um aumento no valor após a redução ao valor recuperável é contabilizado como uma reavaliação.

3.2.4 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com prazos e fluxos de caixa fixos são classificados como mantidos até o vencimento, desde que a administração tenha a intenção e capacidade financeira de mantê-los pelos seus prazos totais e tenha condições de fazer isso. Os ativos financeiros classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são mensurados ao

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

custo amortizado com base no custo a taxa efetiva de juros, líquido de provisões para perdas por redução ao valor recuperável.

Os juros auferidos em ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos como receita de juros.

3.2.5 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos geralmente significam contratos cambiais, futuros de moeda e taxa de juros, contratos a termo, swaps monetários e de taxa de juros, e opções de moedas e juros (subscritos e adquiridos). Os instrumentos financeiros derivativos podem ser negociados em uma bolsa ou como instrumentos de balcão entre o Banco e um cliente.

Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo. O valor justo é determinado utilizando-se preços cotados de mercado, preços oferecidos por *traders*, modelos de desconto de fluxos de caixa, e modelos de avaliação de opções com base nos preços de mercado atuais e preços contratados para os instrumentos subjacentes, bem como a mudança no valor do dinheiro no decorrer do tempo, curvas de rendimento e a volatilidade dos ativos e passivos subjacentes. Todos os instrumentos financeiros derivativos são incluídos no ativo caso seu valor justo for positivo e no passivo caso seu valor justo for negativo.

Instrumentos financeiros derivativos incorporados em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente caso seus riscos e características não estiverem fortemente relacionados àqueles do contrato de derivativos subjacente e esse contrato não for classificado pelo valor justo por meio do resultado.

Para instrumentos não utilizados para operações de hedge, os ganhos e perdas realizados e não realizados com instrumentos financeiros derivativos são classificados pelo Banco como mantidos para negociação e reconhecidos em “Receita de juros”.

3.2.6 Operações compromissadas

Os ativos financeiros que são vendidos e estão sujeitos a acordos de venda e recompra estão incluídos nas demonstrações financeiras em “ativos financeiros disponíveis para venda”. O passivo para a contraparte é incluído em “depósitos de instituições financeiras” e “depósitos de clientes”, dependendo da aplicadora.

Ativos financeiros adquiridos sob acordos de revenda e recompra são reconhecidos dependendo do prazo e da aplicadora como:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Valores a receber de instituições financeiras, ou;
- Obrigações por títulos e valores mobiliários.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

A diferença entre o preço de venda e preço de recompra é reconhecida como receita de juros ou despesa de juros no decorrer do prazo do acordo, com base no método de juros efetivos.

3.2.7 Empréstimos e recebíveis de clientes e valores a receber de instituições financeiras

Empréstimos a clientes e valores a receber de instituições financeiras são instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou definidos, não cotados em um mercado ativo. Esses empréstimos e valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, incluindo custos da transação. Os empréstimos estão sujeitos a análises de redução ao valor recuperável individuais ou coletivas. Um ajuste de valor, uma provisão para perdas em empréstimos, é reconhecida se houver evidência objetiva de que o Banco não é capaz de receber os valores devidos com base nos termos originais do contrato.

O tamanho da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, que é o valor presente dos fluxos de caixa esperados, incluindo valores recuperáveis com base em avais, fianças e outras garantias, descontados pela taxa de juros efetiva original dos empréstimos.

A provisão para empréstimos inclui prejuízos se houver evidência objetiva de que as perdas são atribuíveis a algumas parcelas da carteira de empréstimos na data do balanço. Exemplos de evidência objetiva para ajustes de valor são:

- Problemas financeiros significativos por parte do tomador;
- Atraso no pagamento de juros e/ou do principal por parte do tomador;
- Renegociações de empréstimos;
- Possibilidade de falência ou reorganização financeira do tomador;
- Mudanças na situação de pagamento do tomador;
- Mudanças nas circunstâncias econômicas que poderão levar o tomador a não honrar seus compromissos financeiros.

As perdas são estimadas com base no padrão histórico de prejuízos para cada parcela separada, nos *ratings* de crédito dos tomadores e levando em conta as condições econômicas sob as quais os tomadores realizam suas atividades.

O valor contábil dos empréstimos é reduzido por meio do uso de uma conta de provisão e o prejuízo é lançado na conta de resultado. Caso o empréstimo não for passível de recebimento, ele é baixado da provisão relacionada de perdas em empréstimos.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Quaisquer valores recebidos subsequentemente são incluídos sob o item “provisão para créditos de liquidação duvidosa” na conta de resultado.

3.2.8 Depósitos de instituições financeiras, depósitos de clientes e obrigações por títulos e valores mobiliários

Essas obrigações por empréstimos são inicialmente reconhecidas pelo custo, ou seja, os valores recebidos menos os custos de transação diretamente atribuíveis e não recorrentes. Os empréstimos são incluídos subsequentemente ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores líquidos e o valor de resgate é reconhecida no decorrer do prazo do empréstimo, utilizando o método de juros efetivos.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4 Moedas estrangeiras

3.4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em reais, que é a moeda funcional de todas as entidades controladas pelo Banco.

3.4.2 Transações em moedas estrangeiras

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações. Diferenças de conversão surgidas na liquidação de tais transações ou na conversão de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado.

Diferenças de conversão em títulos de dívida e outros ativos financeiros monetários registrados pelo valor justo são incluídas em ganhos e perdas cambiais. Diferenças na conversão de itens não monetários tais como instrumentos acionários para negociação são reconhecidas como parte dos ganhos e perdas ao valor justo.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3.5 Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos remunerados são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, com a aplicação do método dos juros efetivos. A receita de juros inclui cupons relacionados a ativos financeiros com juros fixos e ativos financeiros para negociação, bem como prêmios e descontos acumulados nos títulos do tesouro e outros instrumentos altamente líquidos.

Se quaisquer empréstimos sofrerem perdas por redução ao valor recuperável, eles são baixados para os seus valores recuperáveis e a receita de juros reconhecida a partir de então é baseada na taxa de desconto para se calcular o valor presente dos fluxos de caixa futuros utilizados para determinar os valores recuperáveis.

3.6 Tarifas, taxas e comissões

A receita das atividades de administração de ativos consiste principalmente de taxa de administração de fundos e clubes de investimentos.

A receita de administração de ativos e corretagem de seguros é reconhecida conforme auferida uma vez que os serviços tenham sido prestados. Taxas, comissões e receita de outros serviços prestados são geralmente reconhecidas pelo regime da competência.

3.7 Ativo intangível

3.7.1 Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis incluem o valor de software de computadores.

Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e é provável que os benefícios econômicos futuro esperados que seja a eles atribuído serão transferidos para o Banco.

Os gastos que melhoram o desempenho do software em relação às suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Depois do reconhecimento inicial, ativos intangíveis são contabilizados ao custo menos qualquer amortização acumulada e qualquer perda com redução ao valor recuperável.

3.8 Imobilizado

Os equipamentos para uso próprio são reconhecidos pelo custo histórico, líquido da depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável, caso aplicável.

As propriedades para uso próprio representam principalmente escritórios e também são reconhecidas ao custo menos a depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável, caso aplicável.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

A depreciação pelo método linear é aplicada a esses ativos de acordo com o esquema abaixo.

Cada ativo é depreciado até o seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada:

- Terrenos: não são depreciados
- Edifícios: 55 anos
- Equipamentos de computação e veículos: 5 anos
- Outros equipamentos: 10 anos

Anualmente, o Banco avalia se há indicadores de redução ao valor recuperável do imobilizado.

Se o valor contábil de um ativo supera o seu valor recuperável estimado, o valor contábil é reduzido imediatamente para o valor recuperável.

Os ganhos e perdas na alienação dos itens do imobilizado são determinados na razão direta dos seus valores contábeis e levados em conta na determinação do resultado operacional. Os reparos e trabalho de manutenção são debitados do resultado no momento que os custos relevantes são incorridos. Os gastos para estender ou aumentar os benefícios de terrenos e edificações em comparação com seus benefícios originais são capitalizados e depreciados subsequentemente.

3.9 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento, principalmente edifícios comerciais, são mantidas para receita de locação de longo prazo e não são utilizadas pelo Banco ou suas controladas. As propriedades para investimento são reconhecidas como investimentos de longo prazo e incluídas no balanço pelo custo, líquido da depreciação acumulada e redução ao valor recuperável, caso aplicável.

As propriedades para investimento são depreciadas de acordo com os termos dos contratos de arrendamento subjacentes.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas se o Banco ou as empresas Controladas, possuírem uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, se for provável que um desembolso de recursos que possui benefícios econômicos será necessário para liquidar a obrigação, e se uma estimativa confiável puder ser feita do valor da obrigação.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Se o Banco espera que uma provisão seja reembolsada, por exemplo, sob um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente se for praticamente certo. As provisões são lançadas pelo custo descontado dos fluxos de caixa futuros esperados.

3.11 Benefícios a pessoal

Um plano de contribuição definida é aquele no qual o Banco paga contribuições fixas para uma entidade separada (um fundo de pensão) e não adquire nenhuma obrigação legal ou implícita.

Com base nos planos de contribuição definida, o Banco paga contribuições para planos de pensão segurados gerenciados por entidades públicas ou privadas em uma base compulsória, contratual ou voluntária. Uma vez que as contribuições tenham sido feitas, o Banco não tem obrigações posteriores de pagamento. As contribuições regulares são o total do custo para o exercício no qual elas são devidas e estão incluídas nessa base no item “despesas de pessoal”.

3.12 Impostos

Os impostos a receber e a pagar e os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso estejam relacionados ao mesmo grupo tributário e à mesma autoridade tributária. Eles também são compensados se houver um direito garantido por lei para a compensação dos itens fiscais e o tratamento simultâneo, ou a liquidação for esperado.

Provisões são integralmente constituídas para passivos fiscais diferidos, utilizando o método do passivo, decorrentes de diferenças temporárias no balanço entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de relatórios financeiros.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos à medida que for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com relação ao quais as diferenças temporárias podem ser utilizadas.

Os impostos sobre o lucro são calculados de acordo com a legislação tributária no Brasil e reconhecidos no período no qual o lucro é realizado.

Os efeitos fiscais da compensação de perdas tributárias não utilizadas são reconhecidos como um ativo se for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, com relação ao quais as perdas podem ser utilizadas.

Ativos ou passivos fiscais diferidos são incluídos para a reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda que são debitados ou transferidos para o patrimônio e reconhecidos na realização, juntamente com o respectivo ganho ou perda.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3.13 Garantias financeiras

As garantias financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo maior valor entre:

- O valor que o Banco teria de pagar razoavelmente na data do balanço para liquidar a obrigação ou transferi-la para um terceiro; ou
- O valor contábil inicial menos a amortização.

3.14 Demonstração dos fluxos de caixa

As disponibilidades abrangem recursos em caixa, depósitos no mercado monetário e depósitos em bancos centrais. A demonstração de fluxo de caixa é preparada de acordo com o método de cálculo indireto e fornece detalhes da origem das disponibilidades que se tornaram acessíveis durante o exercício e sua aplicação durante o ano.

O lucro operacional antes de impostos no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é ajustado para os itens no resultado e movimentações nos itens do balanço que efetivamente não geram fluxos de caixa durante o ano.

Os fluxos de caixa de atividades operacionais, de investimento e financiamento são apresentados separadamente. Movimentos nos empréstimos e recebíveis e depósitos interfinanceiros são contabilizados nos fluxos de caixa de atividades operacionais. As atividades de investimento referem-se a aquisições e alienações e repagamentos de investimentos financeiros, bem como a aquisição e alienação de controladas e imobilizado.

Os valores da emissão e pagamentos de empréstimos subordinados se qualificam como atividades de financiamentos.

3.15 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo Banco.

Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais classe A terem direito sobre o recebimento de dividendos com base no lucro do Sistema Sicredi (que inclui as cooperativas de crédito), conforme previsto no acordo de acionistas do Banco. Estes dividendos são calculados com base em um coeficiente (QPL) aplicado sobre o resultado do Sistema Sicredi (que inclui as cooperativas de crédito) gerando, desta forma, uma desproporcionalidade na distribuição dos dividendos em relação à participação percentual sobre o capital do Banco.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3.16 Normas, alterações e interpretações publicadas pelo IASB em 2014 e que ainda não estão em vigor.

Até 31 de dezembro de 2015, diversas normas e interpretações, e respectivas alterações, foram emitidas pelo IASB, que não estão vigentes para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de dezembro de 2015.

Aquelas que estão em análise e poderão ter efeito nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco são discutidas abaixo:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de impairment para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge* para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (joint venture): As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28, ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de controle compartilhado.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes: Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações financeiras. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Esta norma está sendo aplicada a partir de 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Esta norma está sendo aplicada a partir de 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 - Aplicando a Exceção à Consolidação: O documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações financeiras consolidadas.

Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014): Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 - Benefícios aos Empregados e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Esta norma está sendo aplicada a partir de 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Alteração da IAS 12 – Impostos sobre a Renda: A alteração inclui esclarecimentos quanto ao reconhecimento de impostos diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4. Conciliação entre IFRS e BRGAAP

4.1 Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS

Os principais ajustes que impactaram o resultado e o patrimônio líquido do Banco são:

4.1.1 Conversão de moeda estrangeira

Para BRGAAP as operações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da entidade por meio da utilização da cotação “PTAX800” (média praticada no dia), conforme determinam as regras do BACEN. De acordo com o IAS 21, as operações em moeda estrangeira devem ser convertidas para a moeda funcional da entidade nas datas de fechamento de balanço a partir da utilização das taxas de fechamento de compra para ativos e venda para passivos.

A diferença na taxa de conversão de operações em moeda estrangeira gerou ajuste de critérios contábeis.

4.1.2 Provisão para devedores duvidosos/Ajuste ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis

A provisão para devedores duvidosos, segundo as normas de contabilidade societária aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN é constituída com base nos requerimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682/99 que abrangem análise da carteira quanto aos riscos de perda, estratificação por faixas de vencimento e consideração a determinados parâmetros regulamentares.

A provisão para ajuste a valor de recuperação de ativos financeiros, segundo as normas internacionais é apurada tomando por base análise individual e coletiva das operações que compõem o portfólio de ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito e contemplam análise do histórico de perdas e informações conhecidas por ocasião das análises.

4.1.3 Ativos permanentes

A depreciação pelas práticas contábeis em BRGAAP foi influenciada por exigências fiscais, porém, de acordo com o IFRS elas devem refletir a vida útil dos ativos. O Banco e suas controladas utilizam para determinação da vida útil de seus prédios 25 anos, mas o laudo solicitado pelo Banco apurou a nova vida útil dos prédios de sua propriedade passando para 55 anos o que ocasionou uma reversão de depreciação.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4.1.4 Propriedade para investimento

A Administradora de Bens Sicredi, empresa controlada do Banco é destinada a administração de bens. A maior parte dos ativos imobilizados do Banco e suas controladas se encontra alocados nessa empresa, a qual faz a locação de instalações e edifícios para as empresas do consolidado, mas também loca para terceiros beneficiando-se do aluguel para geração de receitas.

O Banco e controladas não dá tratamento específico de propriedade para investimento a nenhum dos ativos mantidos pelo grupo.

Os imóveis são reconhecidos ao custo e depreciados normalmente e as receitas de aluguel são reconhecidos de acordo com a regime de competência.

Segundo determina o IFRS - Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, diante disso o Banco efetuou a reclassificação das áreas locadas para terceiros passando assim a ser reconhecida como Propriedade para investimento.

4.1.5 Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributárias ou dedutíveis. Sendo assim o Banco efetuou os cálculos dos impostos diferidos sobre os ajustes de adoção.

4.1.6 Taxa efetiva de juros captação de poupança

O IFRS exige que, para todos os instrumentos financeiros (ativos e passivos) que paguem juros que não são classificados como “valor justo contra resultado”, os juros sejam reconhecidos de acordo com a taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta todos os fluxos de caixa esperados ao longo da vida esperada do instrumento ao valor contábil do instrumento no primeiro dia.

A vida esperada de um instrumento financeiro não é necessariamente igual à vida contratual - por exemplo, algumas operações têm um alto nível de pré-pagamento, renegociação ou resgate antes da data de vencimento. A vida esperada utilizada no cálculo da taxa efetiva de juros baseia-se nas provisões da entidade. A vida contratual deve ser utilizada apenas se a vida esperada não possa ser estimada de uma maneira confiável. Mudanças nas expectativas da entidade deveriam ser contabilizadas no resultado quando ocorrerem.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

O Banco avaliou suas operações de captação de poupança e identificou um ajuste imaterial, que foi reconhecido no resultado conforme determina o IFRS.

4.1.7 Classificação dos instrumentos híbridos de capital e dívida e dívida subordinada

Instrumentos financeiros emitidos são classificados com base em suas obrigações contratuais, e não em sua forma legal. Uma captação é classificada como Patrimônio Líquido se não possuir obrigação contratual de pagar juros, principal ou dividendo, por meio de entrega de caixa ou outros ativos financeiros ao detentor ou de troca de ativos e passivos financeiros com o detentor sob condições que são potencialmente desfavoráveis ao emissor.

As captações efetuadas pelo Banco através de Recibo de Depósito Bancário - RDB com a finalidade de "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", realizadas junto às Cooperativas Centrais de Crédito controladoras não possuem prazo de vencimento e podem ser usados para absorção de prejuízos. Diante deste fato o Banco efetuou a reclassificação deste instrumento entendendo que o mesmo tem característica de capital.

5. Capital Regulatório

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

	2015	2014
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	1.309.021	1.190.044
Capital Principal - CP	1.172.645	1.062.081
Capital Social	1.058.000	973.593
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros	115.384	89.613
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	(675)	-1.084
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis a partir de outubro 2013	(64)	41,00
Capital Complementar - CC	136.376	127.963
Instrumentos híbridos de capital e dívida	168.675	148.968
Excesso de dedução de investimento em outras entidades no nível II	(32.299)	(21.005,00)
O capital qualificado de Nível II pode ser detalhado conforme segue:	-	-
Ativo classificado como Dívida Subordinada	76.833	86.177
Dívida Subordinada	(76.833)	(86.177)
Total do capital qualificado	1.309.021	1.190.044
Ativos ponderados pelo Risco	794.862	651.876
Índices	18,12%	20,08%

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

6. Gerenciamento de Riscos

6.1 Risco de crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de crédito pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

6.2 Risco de liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

O Sicredi possui estrutura de gerenciamento do risco de liquidez compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com a dimensão da exposição ao risco de liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos. Os instrumentos de gestão do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Fluxo de Caixa;
- Limites Operacionais;
- Demonstrativo do Risco de Liquidez (DRL);
- Plano de Contingência;

Adicionalmente, para as cooperativas singulares, calcula-se um nível mínimo de liquidez como o percentual a ser aplicado sobre a base total diária de depósitos. Tais recursos devem ser mantidos na centralização financeira, sob a administração do Banco. O nível mínimo de liquidez é composto pela soma de quatro parcelas que abrangem as principais fontes de risco potenciais:

- Volatilidade dos depósitos;
- Concentração de recursos;
- Crédito pré-aprovado;
- Coobrigações e repasses.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

6.3 Risco de mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O Banco Cooperativo Sicredi possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com a dimensão da exposição ao risco de mercado do Sistema.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

A estrutura de risco de mercado estabelece as metodologias destinadas a mensurar e monitorar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na Carteira de Negociação quanto para as demais posições, as quais abrangem todas as fontes relevantes de risco de mercado.

Estas metodologias, definidas seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor e alinhadas às melhores práticas de mercado, consideram a natureza das operações, a segregação das carteiras, o nível de complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado de cada Entidade do Sistema, incluindo:

- Valor em Risco (VaR);
- Teste de Estresse de Mercado;
- Sensibilidade;
- GAPs por Fator de Risco;
- Duration;
- Teste de Aderência (Backtest).

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

6.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

6.5 Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O modelo de gerenciamento de capital adotado pelo Sicredi envolve uma estrutura com a participação de quatro diretorias e atuação de diversas áreas. O Diretor Executivo de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos é o responsável perante os órgãos legais, e a Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital é a área desta diretoria responsável por coordenar o gerenciamento de capital do Sistema, com o auxílio das seguintes áreas: Gerência da Gestão da Estratégia, Gerência de Planejamento de Negócios, Gerência de Modelagem de Crédito e Risco, Gerência de

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Portfólio de Crédito, Gerência de Controles Internos e Riscos Operacionais e a Gerência de Finanças Corporativas.

Estas áreas são responsáveis por diferentes fases do ciclo de negócios e devem agir em sinergia para definição dos seguintes processos:

- Planejamento estratégico;
- Planejamento orçamentário de curto e de longo prazo;
- Projeção dos ativos ponderados pelos riscos (RWA);
- Plano de capital.

Os processos de planejamento estratégico, planejamento orçamentário e de projeção dos ativos ponderados pelos riscos são interligados e, em conjunto, consolidam a base para gerenciamento de capital do Sistema e elaboração do plano de capital.

A descrição da política completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi / Relatórios / Gestão de Riscos / Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

6.6 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

	Nota	2015	
		Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa		10.466.097	10.558.740
Valores a receber de instituições financeiras	6.6.1	1.636.127	1.636.127
Empréstimos e recebíveis de clientes	6.6.2	15.228.380	15.228.380
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	6.6.2	98.413	98.275
Total do ativo		27.429.017	27.521.522
Passivo			
Depósitos de instituições financeiras	6.6.4	12.021.360	12.021.360
Depósitos de clientes	6.6.4	5.253.959	5.253.959
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.6.3	11.840.490	12.023.472
Total do passivo (instrumentos financeiros)		29.115.809	29.298.791

	Nota	2014	
		Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa		8.953.836	8.985.479
Valores a receber de instituições financeiras	6.6.1	2.647.068	2.646.285
Empréstimos e recebíveis de clientes	6.6.2	13.891.113	13.891.113
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	6.6.2	348.030	346.062
Total do ativo		25.840.047	25.868.939
Passivo			
Depósitos de instituições financeiras	6.6.4	12.799.366	12.799.366
Depósitos de clientes	6.6.4	4.597.267	4.597.267
Obrigações por títulos e valores mobiliários	6.6.3	9.518.571	9.557.409
Total do passivo (instrumentos financeiros)		26.915.204	26.954.042

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

O valor justo é o valor no qual um ativo poderia ser negociado ou um passivo liquidado entre duas partes informadas e dispostas em uma transação isenta de interesses.

- 6.6.1 Valores a receber de instituições financeiras: O valor justo dos valores a receber de instituições financeiras é estimado a partir dos modelos de fluxo de caixa descontado.
- 6.6.2 Ativos financeiros disponíveis para venda: O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é estimado a partir dos modelos de fluxo de caixa descontado ou, quando aplicáveis, modelos de precificação de opções.
- 6.6.3 Obrigações por títulos e valores mobiliários: O valor justo desses instrumentos é calculado utilizando-se um modelo de fluxo de caixa descontado, com base em uma curva de rendimento atual apropriada para o prazo de vencimento.
- 6.6.4 Demais instrumentos financeiros ativos e passivos: Assume-se que o valor justo dos demais instrumentos financeiros ativos e passivos é praticamente igual ao seu valor contábil.

O teste de sensibilidade tem como objetivo medir a volatilidade dos preços de um título em função de oscilações nas taxas de juros, complementando o gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira de não negociação.

A tabela abaixo apresenta, para cada fator de risco com exposição relevante, a variação percentual da taxa de juros necessária para gerar uma redução do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação correspondente a 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência (PR).

Fator de Risco	Exposição		5% PR		10% PR		20% PR	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Pré	10.741.589	5.450.163	1,99%	2,16%	4,08%	4,50%	8,62%	9,85%
TR	4.836.739	2.216.379	-1,54%	-1,53%	-2,98%	-2,98%	-5,66%	-5,65%

A tabela a seguir resume os métodos de avaliação utilizados para determinar o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Em função do prazo relativamente curto entre seu reconhecimento inicial e realização esperada, os valores contábeis desses itens são uma boa aproximação dos seus valores justos.

O detalhamento é o seguinte:

- Nível 1: Preços de mercado cotados em um mercado ativo;
- Nível 2: Métodos de avaliação baseados em premissas totalmente suportadas por preços ou taxas de mercado demonstráveis em um mercado ativo;

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

- Nível 3: Métodos de avaliação baseados em premissas não ou apenas parcialmente suportadas por preços ou taxas de mercado demonstráveis em um mercado ativo. Não há itens avaliados através desta metodologia.

	Nível 1	Nível 2	Total
Em 31 de dezembro de 2015			
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	10.466.037	-	10.466.037
Ativos financeiros para negociação	1.305.581	262.236	1.567.817
Derivativos	-	6.115	6.115
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	2.346.222	2.346.222
Passivo			
Depósitos de instituições financeiras	12.021.360	-	12.021.360
Depósitos de clientes	5.253.959	-	5.253.959
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	11.840.430	11.840.430
Outros passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	-	436	436
Em 31 de dezembro de 2014			
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	8.953.836	-	8.953.836
Ativos financeiros para negociação	208.114	216.103	424.217
Derivativos	-	236	236
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	2.538.037	2.538.037
Passivo			
Depósitos de instituições financeiras	12.739.366	-	12.739.366
Depósitos de clientes	4.537.267	-	4.537.267
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	3.518.571	3.518.571
Outros passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado	-	363	363

A tabela a seguir apresenta o detalhamento dos prazos dos ativos e passivos financeiros mais relevantes do Banco:

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	2015			Total
	Sem	A vencer		
	vencimento e Até 3 meses	A vencer em até 12 meses	acima de 12 meses	
Em 31 de dezembro de 2015				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	10.466.097	-	-	10.466.097
Valores a receber de instituições financeiras	653.607	593.012	389.508	1.636.127
Ativos financeiros para negociação	61.562	249.012	1.257.243	1.567.817
Derivativos	3.529	2.586	-	6.115
Empréstimos e recebíveis de clientes	1.627.430	7.913.199	5.687.751	15.228.380
Ativos financeiros disponíveis para venda	109	-	2.346.113	2.346.222
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	98.413	-	98.413
Passivos				
Depósitos de instituições financeiras	963.482	4.596.695	6.461.183	12.021.360
Depósitos de clientes	5.241.735	6.906	5.318	5.253.959
Obrigações por títulos e valores mobiliários	10.892.286	113.944	834.260	11.840.490
Derivativos	4	432	-	436
2014				
	Sem	A vencer		Total
	vencimento e Até 3 meses	A vencer em até 12 meses	acima de 12 meses	
Em 31 de dezembro de 2014				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	8.953.836	-	-	8.953.836
Valores a receber de instituições financeiras	2.295.062	349.962	2.044	2.647.068
Derivativos	45.465	170.639	208.113	424.217
Ativos financeiros para negociação	43	253	-	296
Empréstimos e recebíveis de clientes	1.496.090	7.087.578	5.307.445	13.891.113
Ativos financeiros disponíveis para venda	99	886.806	1.651.132	2.538.037
	-	303.591	44.439	348.030
Passivos				
Depósitos de instituições financeiras	1.029.183	5.208.508	6.561.675	12.799.366
Depósitos de clientes	4.555.919	31.131	10.217	4.597.267
Obrigações por títulos e valores mobiliários	8.952.207	239.193	327.171	9.518.571
Derivativos	196	147	20	363

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Disponibilidade	57.092	78.477
Operações compromissadas	10.401.028	8.862.560
Depósitos em banco central com exceção dos depósitos de reservas compulsórias	7.977	12.799
Total	10.466.097	8.953.836

Os depósitos de reserva compulsórios são depósitos junto ao BACEN exigidos com base na sua política de reserva mínima.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

8. Valores a receber de instituições financeiras

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depósitos junto a instituições financeiras	587.366	586.748
Operações compromissadas - aplicações	1.048.761	2.060.320
Total	<u>1.636.127</u>	<u>2.647.068</u>

9. Ativos financeiros para negociação

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Títulos públicos - LFT	1.257.242	208.113
Títulos públicos - LTN	48.339	0
Outros títulos de dívida - CPR	200.674	170.639
Quotas de fundos de investimentos	61.562	45.465
Total	<u>1.567.817</u>	<u>424.217</u>

10. Instrumentos financeiros derivativos e outros passivos relacionados a negociações

As tabelas a seguir apresentam os valores contratuais e os valores justos positivos e negativos dos contratos de derivativos do Banco.

	<u>Valor do contrato</u>	<u>Valor justo</u>	
		<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
<i>Em 31 de dezembro de 2015</i>			
Instrumentos financeiros derivativos	636.083	6.115	436
Total	<u>636.083</u>	<u>6.115</u>	<u>436</u>
	<u>Valor do contrato</u>	<u>Valor justo</u>	
		<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
<i>Em 31 de dezembro de 2015</i>			
- Derivativos de moedas	508.151	2.625	311
- Não cotados	22.312	2.625	311
- Swaps	22.312	2.625	311
- Cotados	485.839	0	-
- Futuros	485.839	-	-
- Opção	0	-	-
- Derivativos de taxas de juros	127.932	3.490	125
- Não cotados	127.932	3.490	125
- Swaps	127.932	3.490	125
Total	<u>636.083</u>	<u>6.115</u>	<u>436</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Valor do contrato	Valor justo	
		Ativo	Passivo
<i>Em 31 de dezembro de 2014</i>			
Instrumentos financeiros derivativos	1.797.009	296	363
Total	1.797.009	296	363
<i>Em 31 de dezembro de 2014</i>			
- Derivativos de moedas	1.463.509	296	363
- Não cotados	4.304	284	363
- Swaps	4.304	284	363
- Cotados	1.459.205	12	0
- Futuros	1.457.905	0	0
- Opção	1.300	12	0
- Derivativos de taxas de juros	333.500	0	0
- Não cotados	333.500	0	0
- Swaps	333.500	0	0
Total	1.797.009	296	363

11. Empréstimos e recebíveis de clientes

	2015	2014
Empréstimos para clientes privados		
Clientes carteira comercial	1.603.018	1.505.384
Clientes carteira rural	12.771.982	11.748.812
Clientes carteira cambio	90.393	71.625
Clientes cartões	611.896	429.247
Demais clientes	154.675	137.795
Menos: Provisões de crédito	(3.584)	(1.750)
Total	15.228.380	13.891.113

	2015	2014
Detalhamento das provisões de crédito:		
<i>Em 1º janeiro</i>	1.750	8.025
- Redução ao valor recuperável adicional para perdas de crédito	1.953	(6.275)
- Outros	(119)	-
Total do valor das provisões em empréstimos e recebíveis de clientes	3.584	1.750
Provisão coletiva	2.769	308
Provisão geral (IBNR)	815	1.442
Total do valor das provisões em empréstimos e recebíveis de clientes	3.584	1.750

A tabela a seguir demonstra a concentração das operações de crédito.

	2015	%	2014	%
10 maiores devedores	3.299.956	21,66	3.109.686	22,38
50 devedores seguintes	5.340.068	35,06	4.652.709	33,49
100 devedores seguintes	607.405	3,99	733.147	5,28
Demais	5.984.535	39,29	5.397.321	38,85
Total	15.231.964	100,00	13.892.863	100,00

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.065 (2014 – R\$ 214).

Não houve renegociações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O Banco possui sistema interno de rating de crédito que está de acordo com os requerimentos do BACEN. Suas operações estão substancialmente concentradas junto às Cooperativas de Crédito do sistema Sicredi através de operações diretas aos seus associados cooperados, avaliados como de risco baixo. O risco baixo inclui operações classificadas com ratings AA e A.

12. Ativos financeiros disponíveis para venda

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Títulos públicos	2.346.113	2.537.938
Instrumentos de ações de capital	<u>109</u>	<u>99</u>
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	<u><u>2.346.222</u></u>	<u><u>2.538.037</u></u>

Em 31 de dezembro de 2015, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram perda líquida de R\$ 1.226 (2014 – R\$ 1.807), os quais estão registrados líquidos dos efeitos tributários no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, no valor de R\$ 675 (2014 – R\$ 1.084).

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

13. Ativos intangíveis

	Outros ativos intangíveis
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2015</i>	
Valor contábil líquido inicial	<u>1.072</u>
- Adições	24
- Amortização	(238)
- Transferências	<u>(257)</u>
Valor contábil líquido final	601
Custo	2.710
Amortização acumulada e reduções ao valor recuperável	<u>(2.110)</u>
Valor contábil líquido	600
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2014</i>	
Valor contábil líquido inicial	1.039
- Adições	340
- Baixas	(1)
- Amortização	<u>(306)</u>
Valor contábil líquido final	1.072
Custo	2.938
Amortização acumulada e reduções ao valor recuperável	<u>(1.866)</u>
Valor contábil líquido	1.072

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

14. Imobilizado

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Total
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2015</i>			
Valor contábil líquido inicial	42.647	12.262	54.909
- Adições	3.031	3.474	6.505
- Alienações	-	(770)	(770)
- Depreciação e reduções ao valor recuperável	(728)	(1.623)	(2.351)
Valor contábil líquido final	44.950	13.343	58.293
Custo	51.360	27.678	79.038
Depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável	(6.410)	(14.335)	(20.745)
Variação do valor contábil líquido	44.950	13.343	58.293
<i>Exercício findo em 31 de dezembro de 2014</i>			
Valor contábil líquido inicial	42.196	8.915	51.111
- Adições	1.380	5.959	7.339
- Alienações	-	(67)	(67)
- Depreciação e reduções ao valor recuperável	(686)	(2.788)	(3.474)
- Transferência	(243)	243	-
Valor contábil líquido final	42.647	12.262	54.909
Custo	48.329	35.548	83.877
Depreciação acumulada e reduções ao valor recuperável	(5.682)	(23.286)	(28.968)
Variação do valor contábil líquido	42.647	12.262	54.909

15. Propriedades para investimento

	2015	2014
Valor contábil líquido inicial	3.810	3.890
- Aquisição	-	-
- Depreciação	(85)	(80)
Valor contábil líquido final	3.725	3.810
- Custo	4.458	4.459
- Depreciação	(733)	(649)
Variação do valor contábil líquido	3.725	3.810
Detalhamento da receita de locação de propriedades para investimento:		
Receita de locação líquida de propriedades para investimento	462	464

O valor justo e o valor contábil são praticamente iguais. O vencimento máximo remanescente de propriedades para investimento é de 15 anos.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

16. Outros ativos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Recebíveis e pagamentos antecipados	85.342	76.159
Outros ativos	24.622	25.181
Total de outros ativos	<u>109.964</u>	<u>101.340</u>

17. Depósitos de instituições financeiras

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Outros empréstimos	6.601.995	5.658.919
Outros depósitos	5.419.365	7.140.447
Total de depósitos de instituições financeiras	<u>12.021.360</u>	<u>12.799.366</u>

18. Depósitos de clientes

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depósitos à vista	48.198	40.821
Depósitos a prazo	5.181.378	4.538.743
Outros devido a clientes	24.383	17.703
Total de depósitos de clientes	<u>5.253.959</u>	<u>4.597.267</u>

19. Obrigações por títulos e valores mobiliários

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Outros títulos de dívida	11.840.490	9.518.571
Total de obrigações de títulos e valores mobiliários	<u>11.840.490</u>	<u>9.518.571</u>

20. Provisões

A Instituição possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Natureza	Probabilidade de perda	2015	2014
Trabalhista	Provável	12.879	8.059
Cível	Provável	729	754
Tributária	Provável	-	240
Total		13.608	9.053

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco possuía também processos cíveis, trabalhistas e tributários cuja probabilidade de perda é possível na Controladora no montante de R\$ 19.722 (2014 – R\$ 18.541) e no Consolidado no montante de R\$ 20.220 (2014 – R\$ 18.862).

A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	2015	2014
<i>Outras provisões:</i>		
Saldo inicial	9.053	10.182
- Adições	4.559	1.840
- Saques	(4)	(2.969)
Saldo Final	13.608	9.053

Vencimento estimado das provisões do Banco (excluindo provisões para benefícios a funcionários e para devedores duvidosos):

	Menos de 1 ano	1-5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2015	12.670	938	13.608
Em 31 de dezembro de 2014	8.093	960	9.053

21. Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados para todas as diferenças temporárias utilizando o método do 'passivo' com base em uma alíquota de impostos vigente de 45% (2014: 40%) no Brasil. As mudanças no imposto de renda diferido podem ser detalhadas conforme segue:

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo fiscal diferido - conciliação		
Saldo inicial	15.045	17.383
- Reconhecido no resultado:		
- outras diferenças temporárias	4.195	(3.455)
- Ativos financeiros disponíveis para venda:		
- remensuração do valor justo	143	1.117
Saldo Final	<u><u>19.383</u></u>	<u><u>15.045</u></u>
Passivo fiscal diferido - conciliação		
Saldo inicial	4.689	3.268
- Reconhecido no resultado:		
- outras diferenças temporárias	154	156
- Ativos financeiros disponíveis para venda:		
- remensuração do valor justo	281	26
- Diferenças cambiais	(1.442)	1.239
Saldo Final	<u><u>3.682</u></u>	<u><u>4.689</u></u>
Ativo fiscal diferido - por tipo		
Reduções ao valor recuperável (impairment)	3.100	2.785
Outras provisões	6.105	3.587
Provisão para PPR e Bônus	8.700	7.337
Marcação a Mercado TVM	1.478	1.336
Total do ativo fiscal diferido	<u><u>19.383</u></u>	<u><u>15.045</u></u>
Passivo fiscal diferido - por tipo		
Imobilizado	2.009	1.855
Diferenças Cambiais	1.355	2.797
Marcação a Mercado TVM	318	37
Total do passivo fiscal diferido	<u><u>3.682</u></u>	<u><u>4.689</u></u>

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso existir um direito legal de compensar ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente e os itens do imposto diferido relacionar-se à mesma autoridade tributária.

Os valores dos ativos, fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Ano	Valor dos créditos	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
2015	(2.552)	5.349
2016	16.848	1.973
2017	3.145	1.674
2018	1.796	2.035
2019	38	1.651
2020	163	1.828
2021	(55)	535
Total	<u><u>19.383</u></u>	<u><u>15.045</u></u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

22. Outros passivos

	2015	2014
Operações com cartões de crédito (i)	641.049	443.856
Valores a pagar	213.867	187.607
Dividendos a pagar	27.744	21.100
Outros	35.875	25.744
Total de outros passivos	<u>918.535</u>	<u>678.307</u>

(i) Valores a pagar de transações de cartões de crédito.

23. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social é de R\$ 1.057.999 (2014 – R\$ 973.593), representado por 711.617.053 ações ordinárias (2014 – 680.826.744), 211.302.178 ações preferenciais Classe A escriturais sem valor nominal (2014 – 175.675.858) e 30.085.313 ações preferenciais Classe B escriturais sem valor nominal (2014 – 27.611.569).

Em 21 de fevereiro de 2015, foi autorizado o aumento do capital social em R\$ 84.406, representado por 30.790.309 ações ordinárias, 35.626.320 ações preferenciais Classe A e 2.473.744 ações preferenciais Classe B, ao valor unitário de R\$ 1.225208513, aprovado pelo BACEN em 25 de março de 2015, via integralização de dividendos.

As ações preferenciais Classe A têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco; (c) os mesmos direitos de voto concedidos às ações ordinárias do Banco atualmente existentes; e (d) prioridade no reembolso do capital social. Os dividendos atribuídos às ações ordinárias serão constituídos pelos lucros remanescentes após o pagamento das ações preferenciais Classe A.

As ações preferenciais Classe B têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco, com exceção das Ações Preferenciais Classe A que se colocarão pari passu com as Ações Preferenciais Classe B e, portanto, terão a mesma prioridade que as Ações Preferenciais Classe B; e (c) prioridade no reembolso do capital social, pari passu com as ações preferenciais Classe A.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Instrumentos híbridos de capital e dívida

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Instrumentos híbridos de capital e dívida - principal	<u>134.539</u>	134.539
Instrumentos híbridos de capital e dívida - encargos	<u>34.136</u>	14.428
Total	<u>168.675</u>	<u>148.967</u>

Em 02 de maio de 2005, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.837/01, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais de Crédito no montante de R\$ 52.400, através da emissão de Recibos de Depósito Bancário - RDB, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida". A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, denominada "Taxa DI Over Extra Grupo" expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados.

Em 03 de janeiro de 2014, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais de Crédito no montante de R\$ 134.539, através da emissão de Letra Financeira Subordinada, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", em substituição aos Recibos de Depósito Bancário – RDB emitidos em 2005. A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à 100% da Taxa DI expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. Mercados Organizados. Os recursos captados poderão ser usados para absorção de eventuais prejuízos.

Para fins de IFRS esses valores foram reclassificados para capital social diante da característica dos instrumentos. (vide nota 4.1.7).

b) Reserva de lucros

Reserva Legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitado a até 20% do capital social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 5.841 em 31 de dezembro de 2015.

Reserva Especial de Lucro - na reunião da Diretoria realizada no dia 15 de dezembro de 2015 foi autorizada a constituição de reserva no montante de R\$ 83.231, a qual será formalizada em assembleia que irá ocorrer no dia 19 de fevereiro de 2016.

c) Dividendos

Conforme estatuto social da Instituição, o dividendo mínimo obrigatório não deverá ser inferior a 25% do lucro líquido, após a constituição da reserva legal.

Na reunião da Diretoria realizada no dia 15 de dezembro de 2015, foi autorizada a distribuição dos dividendos mínimos relativos ao exercício de 2015, no montante de R\$ 27.744, que serão distribuídos às ações preferenciais Classe A e Classe B.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

As ações preferenciais Classe A e Classe B terão respectivamente direito a R\$ 49.655 e R\$ 3.595, calculados com base no resultado consolidado do Sistema Sicredi. Deste montante, R\$ 27.744 estão registrados em "Sociais e estatutárias", cuja destinação será formalizada em assembleia que irá ocorrer no dia 19 de fevereiro de 2016.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações durante o período.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Quantidade		
Ações preferenciais classe A	211.302.178	175.675.858
Ações preferenciais classe B	30.085.313	27.611.569
Ações ordinárias	711.617.053	680.826.744
Lucro por ação		
Lucro básico por ação (em Reais - R\$)		
Ações preferenciais classe A	0,23	0,25
Ações preferenciais classe B	0,11	0,11
Ações ordinárias	0,08	0,07

24. Receitas e despesas de juros

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita de juros		
Valores a receber de instituições financeiras	1.580.267	981.085
Ativos financeiros para negociação	(554)	(1.256)
Empréstimos e recebíveis de clientes	1.086.166	773.754
Ativos financeiros disponíveis para venda	493.749	373.532
Total da receita de juros	3.159.628	2.127.115
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesa de juros		
Depósitos de instituições financeiras	(916.630)	(624.573)
Depósitos de clientes	(352.421)	(267.737)
Obrigações por títulos e valores mobiliários	(1.447.047)	(866.434)
Total da despesa de juros	(2.716.098)	(1.758.744)
Receita líquida com juros	443.530	368.371

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

25. Tarifas, taxas e comissões

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita de tarifas, taxas e comissões		
Administração de ativos	16.515	12.939
Taxa de administração de cartões	62.213	67.843
Taxa de administração de operações de consórcio	127.394	98.455
Comissão de seguro	258.508	220.484
Taxas de custódia e serviços de títulos	3.445	2.424
Taxas de administração	37.180	33.508
Total da receita de tarifas, taxas e comissões	<u>505.255</u>	<u>435.653</u>
Despesa de tarifas, taxas e comissões		
Comissão de seguro	(225.595)	(190.132)
Total da despesa de tarifas, taxas e comissões	<u>(225.595)</u>	<u>(190.132)</u>
Tarifas, taxas e comissões líquidas	<u>279.660</u>	<u>245.521</u>

26. Ganho/(perda) líquida de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Instrumentos de dívida e instrumentos financeiros derivativos	6.666	830
Moedas estrangeiras e outras receitas de negociação	8.837	5.271
Lucro líquido de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no resultado	<u>15.503</u>	<u>6.101</u>

O lucro líquido da negociação de moedas também inclui ganhos e perdas nos contratos à vista e a termo, opções, futuros e ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras.

27. Outras receitas operacionais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas com carteira de câmbio	8.158	5.999
Convênio INSS	3.001	2.331
Reversão provisão operacionais	1.327	2.731
Recuperação de encargos e despesas	91.695	13.810
Receita variação monetária	47.463	24.322
Outras receitas operacionais	46.029	53.966
Total de outras receitas operacionais	<u>197.673</u>	<u>103.159</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

28. Despesas de pessoal

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ordenados e salários	(94.156)	(85.742)
Contribuições previdenciárias e custos de seguro	(19.810)	(18.060)
Outras despesas de pessoal	(18.072)	(15.366)
Total de despesas de pessoal	<u>(132.038)</u>	<u>(119.168)</u>

29. Outras despesas administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas de viagem	(3.880)	(3.203)
Materiais de escritório	(229)	(219)
Despesas de TI	(7.545)	(5.449)
Despesas de publicidade	(4.187)	(5.055)
Manutenção de edifícios	(124)	(192)
Honorários profissionais	(6.803)	(5.678)
Despesas tributárias	(65.300)	(61.524)
Despesas prestação de serviços cooperativas	(104.939)	(80.022)
Despesas serviços prestados SFN	(229.309)	(189.247)
Despesas serviços técnicos especializados	(77.124)	(60.752)
Outras despesas	(15.577)	(11.611)
Total de outras despesas administrativas	<u>(515.017)</u>	<u>(422.952)</u>

30. Outras despesas operacionais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesa com carteira de câmbio	(24.383)	(10.333)
Convênio - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	(3.012)	(2.472)
Convênio - Secretária Receita Federal - SEFAZ	(2.640)	(1.455)
Despesa variação monetária	(583)	(346)
Ressarcimento RCO	(46.060)	-
Provisão para passivos contingentes	(4.559)	(1.840)
Repasse rede	(5.031)	(2.394)
Cartão de crédito internacional	(4.370)	(2.356)
Repasse de incentivos - Mastercard e Visa	(3.814)	-
Outras despesas operacionais	(14.719)	(4.192)
Total de outras despesas operacionais	<u>(109.171)</u>	<u>(25.388)</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

31. Tributação sobre o lucro

A tributação sobre o lucro operacional do Banco difere do valor nominal baseado nas alíquotas de imposto padrão brasileiras. A reconciliação entre os dois valores é mostrada abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro operacional antes da tributação e antes da participação dos acionistas minoritários	175.690	158.060
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(79.061)	(63.224)
Exclusões / (Adições)		
Permanentes		
Incentivos fiscais	2.526	1.768
Constituição PPR pessoal	(1.743)	(1.813)
Reversão IR e CSLL exercício anterior	(1)	-
Brindes e doações	(1.072)	(865)
Patrocínio	(24)	(83)
Efeito da alteração de alíquota de CSLL (*)	9.019	-
Efeito da majoração de alíquota de CSLL (**)	2.212	-
Outros, líquidos	25	895
Subtotal	<u>10.942</u>	<u>(98)</u>
Temporárias		
Provisão/ Reversão de PPR Pessoal	(340)	(484)
Provisão/Reversão para operações de crédito	240	3.094
Reversão/Provisão para passivos contingentes	(1.873)	457
Ajuste de títulos marcados a mercado	50	(473)
Depreciação	72	331
Diferenças cambiais	(1.580)	1.242
Efeito da alteração de alíquota de CSLL (*)	(3.575)	-
Outros, líquidos	138	(3)
Subtotal	<u>(6.868)</u>	<u>4.164</u>
IRPJ e CSLL correntes	(74.987)	(59.158)
Constituição de créditos tributários	5.515	(4.375)
IRPJ e CSSL registrados no resultado	<u>(69.472)</u>	<u>(63.533)</u>
Alíquota efetiva	<u>-40%</u>	<u>-40%</u>

(*) Majoração Provisória de Alíquota de CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

(**) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas financeiras, as quais a alíquota de Contribuição Social é de 9%. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei nº 13.169/15 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/15).

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

32. Transações com partes relacionadas

Duas partes são consideradas relacionadas caso uma parte exerça controle ou tenha influência significativa sobre a outra parte (no que tange a decisões financeiras ou operacionais). No curso normal dos negócios, o Banco e empresas Controladas realizam uma ampla gama de transações com entidades relacionadas envolvendo diferentes tipos de empréstimos, depósitos e transações em moedas estrangeiras. As transações entre partes relacionadas também incluem transações com controladas, acionistas e alta administração, bem como transações entre controladas.

32.1 Instituições relacionadas/Sistema de Crédito Cooperativo – (Sicredi)

Conforme detalhado no contexto operacional (nota 1), o Banco foi criado para atendimento as necessidades das Cooperativas de Crédito no acesso ao mercado financeiro em sua totalidade.

Abaixo apresentamos as principais operações realizadas pelo Banco com as entidades do Sicredi:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Ativo	9.035.336	8.435.661
Aplicações em depósitos interfinanceiros	14.805	6.907
Operações de crédito	8.328.043	7.918.455
Rendas a receber	2.251	1.540
Títulos e créditos a receber	109.132	107.183
Outros créditos - diversos	581.105	401.576
Passivo	13.688.809	12.155.735
Depósitos à vista	17.983	4.945
Depósitos interfinanceiros	2.589.987	3.040.751
Captações no mercado aberto - carteira própria	720.465	-
Captações no mercado aberto - carteira de terceiros	10.102.743	8.880.129
Sociais e estatutárias	25.866	19.910
Outras obrigações - diversas	63.090	61.032
Instrumentos híbridos de capital e dívida	168.675	148.968
Receitas	706.875	460.812
Operações de crédito	667.441	432.802
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	716	742
Receitas de prestação de serviços	20.199	16.162
Outras receitas operacionais	18.519	11.106
Despesas	1.699.064	1.309.028
Operações de captação no mercado	1.460.692	1.121.624
Resultado de operações de câmbio	2.550	1.800
Outras despesas administrativas	229.934	185.147
Outras despesas operacionais	5.430	37
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	458	420

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

32.2 Instituições relacionadas/controladas

Os volumes de transações com partes relacionadas, saldos a pagar no encerramento do exercício e receitas e despesas correspondentes durante o exercício são fornecidos abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depósitos de instituições financeiras / depósitos de clientes		
Pendentes no início do exercício	10.799	11.683
- Recebidos durante o exercício	(1.935)	29
- Liquidada durante o exercício	(214)	(913)
Total no encerramento do exercício	<u>8.650</u>	<u>10.799</u>
Despesas		
Despesas de juros	958	991
Total das despesas de transações com partes relacionadas	<u>958</u>	<u>991</u>

32.3 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O valor dos honorários mensais do diretor-presidente, do diretor executivo e dos diretores, e
- O diretor-presidente, o diretor-executivo e os diretores, terão também direito as prerrogativas previstas no Programa de Benefícios do Sicredi (PBS) e Programa de Educação Cooperativa (PEC) nos termos dos respectivos regulamentos, e em condições equivalentes aos demais colaboradores.

A remuneração paga a seus administradores foi como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários	5.466	4.160
Encargos previdenciários	4.853	5.477
Bônus relacionado ao desempenho	2.384	2.336
Total	<u>12.703</u>	<u>11.973</u>

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

32.4 Benefícios pós-emprego

	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Plano de Previdência Complementar de contribuição definida	184	166
Total	<u>184</u>	<u>166</u>

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

33 Outras Informações

33.1 Plano de pensão – contribuição definida

O Banco e as empresas controladas participam de plano de pensão administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego na modalidade “contribuição definida”. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada. As empresas não têm obrigação legal nem construtiva de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida, as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

33.2 Coobrigações prestadas

a) Compromissos, garantias e outras responsabilidades

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Coobrigação por Garantias Prestadas		
Beneficiários de Garantias Prestadas (i)	30.483	55.102
Depositários de Valores em Custódia/Garantia (ii)	5.893.526	7.386.923
Títulos em Cobrança (iii)	5.896.088	3.974.850

(i) Corresponde basicamente ao valor das garantias prestadas, avais e fianças concedidos à terceiros em moeda nacional.

(ii) Refere-se ao valor de títulos próprios e de terceiros custodiados na CETIP e no SELIC.

(iii) Representam os títulos de terceiros em cobrança direta no país.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

b) Outras garantias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Margem Garantia BM&F Bovespa	17.593	15.768
Tecnologia Bancária S/A - TECBAN	1.074	1.621

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

33.3 Fundos de Investimento

O Banco administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2015 atingiram R\$ 20.978.980 (2014 - R\$ 14.664.913).

A receita com a administração dos fundos de investimento, no exercício, atingiu R\$ 14.586 (2014 – R\$ 11.411) e está apresentada na rubrica "Receita de prestação de serviços".

Os fundos de investimento são auditados em datas diversas por outros auditores independentes.

33.4 Cobertura de Seguros

O Banco e as suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas com sinistros.

Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Empresas Controladas

Notas explicativas as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)